

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia

Coordenadora de Produção Editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Denise Silva Macedo
Haroldo Brito

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital
DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

I59

Institucionalização da educação superior a distância nas
universidades federais da região Centro-Oeste : temáticas em
questão / Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto
Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2021.

310 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-018-3

1. Ensino a distância. 2. Institucionalização. 3. Ensino
superior. 4. Universidades - Brasil, Centro-Oeste. I. Santos,
Catarina de Almeida (org.). II. Lima, Daniela da Costa Britto
Pereira (org.). III. Nogueira, Danielle Xabregas Pamplona (org.).
IV. Série.

CDU 378

Sumário

Prefácio 13

Apresentação 17

Capítulo 1

Institucionalização da Educação a Distância: da lente teórica à sua proposição 23

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução 23

2. Processos de institucionalização: lente teórica em questão 26

3. Proposições de análise de processos de institucionalização da Educação a Distância 32

Referências 35

Capítulo 2

Educação a Distância na Universidade de Brasília – percurso histórico da ação institucional 39

Carmenísia Jacobina Aires, Ruth Gonçalves de Faria Lopes

1. O projeto original da Universidade de Brasília e as ações iniciais em Educação a Distância 39

2. Um olhar sobre as ações de Educação a Distância na Universidade de Brasília nos anos 1990 43

3. O protagonismo da Faculdade de Educação nas ações de Educação a Distância 46

4. Outras experiências institucionais em Educação a Distância na Universidade de Brasília 52

5. A Universidade de Brasília e a Universidade Aberta do Brasil 53

| | |
|---------------------------------|----|
| 6. Considerações finais | 56 |
| Referências | 57 |
| Bibliografia complementar | 57 |

Capítulo 3

A autoavaliação institucional e a Educação a Distância: limites e possibilidades da institucionalização na Universidade de Brasília... 59

Catarina de Almeida Santos, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 59 |
| 2. Sobre os conceitos de organização, instituição e institucionalização.... | 60 |
| 3. A avaliação institucional no contexto da institucionalização..... | 64 |
| 4. Institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília: o que apontam os relatórios de autoavaliação institucional | 66 |
| 5. Considerações finais | 76 |
| Referências..... | 77 |

Capítulo 4

Percepção dos gestores em relação à institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília (2013-2015).....79

Andréia Mello Lacé, Magalis Béssem Dorneles Schneider, Livia Veleda Sousa Melo

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 79 |
| 2. A Educação a Distância na Universidade de Brasília | 83 |
| 3. A gestão do sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade de Brasília | 84 |
| 4. Percepção dos gestores: do fardo à decisão política | 86 |
| 5. Considerações finais | 92 |
| Referências..... | 93 |

Capítulo 5

| | |
|--|-----|
| Percurso histórico da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás | 95 |
| Juliana Guimarães Faria | |
| 1. Introdução | 95 |
| 2. Sobre a Universidade Federal de Goiás..... | 97 |
| 3. O percurso da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás: histórico e contexto | 99 |
| 4. Considerações finais | 109 |
| Referências | 110 |

Capítulo 6

| | |
|---|-----|
| Concursos para docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal de Goiás em vagas destinadas à Educação a Distância..... | 113 |
| Maria Aparecida Rodrigues Fonseca, Tatiane Custódio da Silva Batista | |
| 1. Introdução | 113 |
| 2. A institucionalização da Educação a Distância | 115 |
| 3. A pesquisa: seleção para Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás..... | 118 |
| 4. O que os dados suscitam | 123 |
| 5. Considerando relações | 126 |
| Referências | 127 |

Capítulo 7

| | |
|--|-----|
| O impacto do processo seletivo de tutores na gestão da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás | 131 |
| Lilian Ucker Perotto, Kamila Vieira Lima Ferreira, Meirilayne Ribeiro de Oliveira | |
| 1. Introdução | 131 |
| 2. Processos seletivos: números e impactos na formação de tutores | 132 |

| | |
|---|-----|
| 3. Avanços e resistências: nossas percepções das ações empreendidas | 140 |
| 4. Considerações finais | 144 |
| Referências | 145 |

Capítulo 8

| | |
|---|-----|
| Instrumentos de avaliação interna para a Educação a Distância utilizados na Universidade Federal de Goiás | 147 |
|---|-----|

Lívia Soares de Lima Sousa, Flávia Magalhães Freire,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 147 |
| 2. Avaliação institucional e educação superior a distância | 149 |
| 3. Caminhos da avaliação interna da Universidade Federal de Goiás | 151 |
| 4. Instrumentos de avaliação interna para a educação superior a distância na Universidade Federal de Goiás | 153 |
| 5. Considerações finais | 158 |
| Referências..... | 159 |

Capítulo 9

| | |
|---|-----|
| Estado e Educação a Distância: educação superior pública em pauta | 163 |
|---|-----|

Erlinda Martins Batista, Ana Maria Ribas, Carina Elisabeth Maciel

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 163 |
| 2. Estado e Educação a Distância no Brasil | 164 |
| 3. A história da Educação a Distância no Brasil | 167 |
| 4. A estrutura da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul..... | 171 |
| 5. Considerações finais | 174 |
| Referências..... | 175 |

Capítulo 10

A institucionalização e os desafios da educação superior a distância na Universidade Federal de Mato Grosso 179

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 179 |
| 2. A Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso | 180 |
| 3. Desafios da institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso..... | 182 |
| 4. Considerações finais | 194 |
| Referências | 195 |

Capítulo 11

A institucionalização pioneira da Educação a Distância na educação superior em Mato Grosso: visão de envolvidos na trajetória..... 199

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 199 |
| 2. História pioneira da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso..... | 200 |
| 3. Teoria Institucional e sua aplicabilidade na Educação a Distância..... | 202 |
| 4. Considerações finais | 212 |
| Referências | 213 |

Capítulo 12

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: a visão de avaliadores externos 217

Giselle Cristina Martins Real, Tânia Jucilene Vieira Vilela, Regina Farias de Souza

| | |
|---------------------|-----|
| 1. Introdução | 217 |
|---------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| 2. A avaliação regulatória como instrumento de diagnóstico institucional | 222 |
| 3. Institucionalização da Educação a Distância revelada pela avaliação | 226 |
| 4. Considerações finais | 233 |
| Referências..... | 234 |

Capítulo 13

| | |
|---|-----|
| A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: contribuições do curso de licenciatura em Letras Libras | 241 |
|---|-----|

Janete de Melo Nantes, Regina Farias de Souza

| | |
|---|-----|
| 1. A necessidade da institucionalização do curso de Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados..... | 241 |
| 2. Histórico do curso de graduação Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados..... | 243 |
| 3. Avanços e desafios de Letras Libras | 247 |
| 4. Considerações finais | 249 |
| Referências..... | 252 |

Capítulo 14

| | |
|---|-----|
| Levantamento bibliográfico sobre a autoavaliação institucional na Educação a Distância..... | 255 |
|---|-----|

Wendy Caldeira de Souza, Leila Cristina Borges,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

| | |
|--|-----|
| 1. Autoavaliação e Educação a Distância..... | 255 |
| 2. Metodologia..... | 258 |
| 3. Dados e análises | 258 |
| 4. Considerações finais | 266 |
| Referências..... | 267 |

Capítulo 15

Educação a Distância e cultura digital: possibilidades e desafios 269

Maria Cristina Lima Paniago, Rosimeire Martins Régis dos Santos

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 269 |
| 2. Concepções de Educação a Distância, suas origens e evolução no Brasil | 269 |
| 3. Cultura digital | 274 |
| 4. Possibilidades e desafios: Educação a Distância e cultura digital | 277 |
| 5. Considerações finais | 279 |
| Referências..... | 280 |

Capítulo 16

Um estudo sobre a inclusão digital no estado de Goiás 283

Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira, Alzino Furtado de Mendonça, Saulo de Oliveira

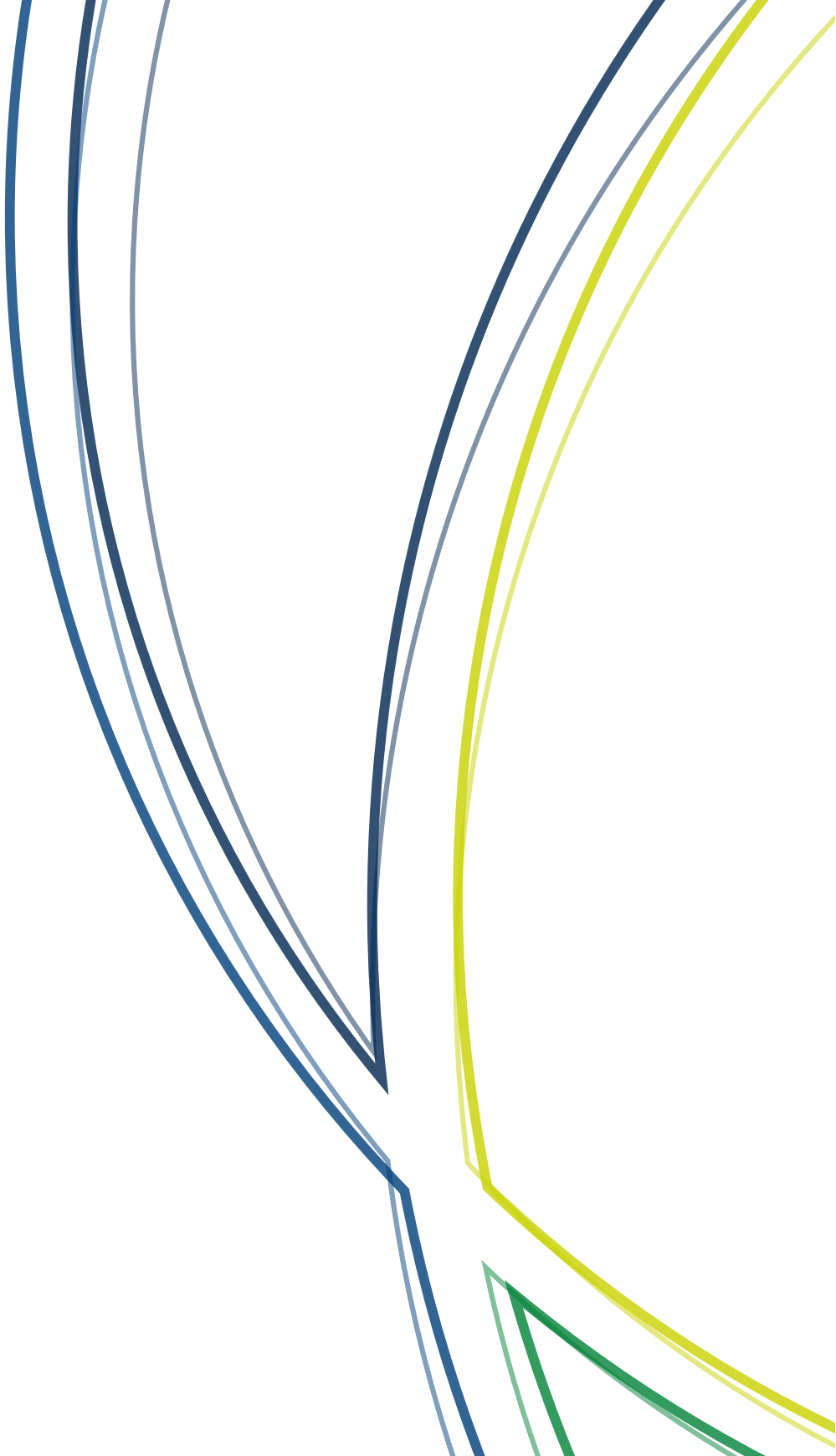
| | |
|---|-----|
| 1. Contexto da sociedade da informação | 283 |
| 2. Ações de inclusão digital no estado de Goiás | 288 |
| 3. Considerações finais | 292 |
| Referências..... | 295 |

Institucionalização da educação superior a distância: algumas considerações finais297

Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (organizadoras)

| | |
|------------------|-----|
| Referência | 299 |
|------------------|-----|

Notas sobre as autoras e autores..... 301



A institucionalização pioneira da Educação a Distância na educação superior em Mato Grosso: visão de envolvidos na trajetória¹

Heloneide Alcantara Matos

Tereza Christina Mertens Aguiar

Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução

Este capítulo versa sobre a institucionalização da Educação a Distância (EaD) em uma das Instituições Públicas de Educação Superior (Ipes) do estado de Mato Grosso, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Para tanto, apresenta-se, inicialmente, uma breve descrição histórica da UFMT e de como se inicia a EaD nessa universidade.

Posteriormente, analisa-se a teoria institucional da EaD na UFMT nas falas dos coordenadores da EaD entrevistados, sob o viés teórico analisado pelo grupo macro da pesquisa intitulada *Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste: processos, organização e*

¹ Estudo realizado como resultado de pesquisa com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

práticas, coordenada por Lima (2017). Esse estudo privilegiou a Teoria Institucional segundo contribuições de Wiseman (2007), Kesar e Sam (2012) e Platt (2009).

Para desenvolver a pesquisa com abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes da UFMT e da Universidade Aberta do Brasil (UAB) envolvidos na EaD da UFMT. Os sujeitos colaboradores da pesquisa englobam coordenadores de cursos e um representante da pró-reitoria dessa Instituição de Ensino Superior (IES), sendo indicados por siglas, a fim de assegurar o anonimato. A opção pela escolha desses protagonistas se justifica em razão de desempenharem um papel relevante nas esferas educacionais envolvidas na educação superior, com atuação no processo de implantação da EaD.

A abordagem sobre a institucionalização da EaD é um tema recente e relevante na atualidade, em virtude de apresentar subsídios que fomentem as discussões, e, por consequência, viabilizem essa modalidade de ensino como uma alternativa real dentro das instituições, promovendo o processo de ensino-aprendizagem.

2. História pioneira da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso

O desenvolvimento da educação a distância pública no estado de Mato Grosso teve início em 1992, com a criação do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (Nead) na UFMT, idealizado a partir de uma viagem de representantes do governo de Mato Grosso e da Reitoria da UFMT à *Télé-Université* de Quebec (Téluq),² no Canadá. Essa universidade tinha um modelo de ensino a distância para atender populações distantes em seu território.

O Nead se organizou com o propósito de formar professores da rede pública de ensino. Assim, foi constituído um grupo de trabalho interinstitucional que envolveu

² A *Télé-Université* de Quebec (Téluq), a Pontifícia Universidade Católica do Chile, a Universidade Estatal a Distância de Costa Rica, a Escola Superior de Formação de Professores do Senegal e o Instituto de Formação de Professores das Ilhas Maurício visavam a concretização de projetos conjuntos que tivessem por base a modalidade de EaD (NEDER, 2000).

parcerias com a Secretaria da Educação e Cultura de Mato Grosso (Seduc/MT), a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública (Sintep) e as prefeituras municipais.

Essa parceria culminou na construção de uma política de Estado para a formação de professores, o programa Interinstitucional de Qualificação Docente, que previa, até 2011, qualificar todos os professores da rede pública de ensino.

Assim, para melhorar o índice de professores da rede pública com habilitação para o exercício profissional do magistério, a UFMT cria o curso de Pedagogia licenciatura plena – habilitação em magistério a distância para os anos iniciais do ensino fundamental – com o objetivo de preparar professores para a Educação Básica (1ª à 4ª série), no polo de Colíder, situado na região norte do estado de Mato Grosso. Esse curso foi regulamentado pela Resolução do Conselho Diretor da UFMT nº 88, de 2 de agosto de 1994, tendo sido posteriormente credenciado pela Portaria MEC nº 372, de 5 de março de 2001, e reconhecido pela Portaria MEC nº 3.220, de 22 de novembro de 2002.

O Nead, portanto, nasceu como núcleo interinstitucional e interdepartamental voltado para a formação docente (tendo como núcleo de estudo e de ação a formação superior de professores em exercício), que seria realizada por meio da modalidade a distância. (PRETI, 2009, p. 141).

Em 2004, é oferecido o curso de Licenciatura em Pedagogia para a educação infantil nos polos de Colíder, Cuiabá, Diamantino, Juína, Terra Nova do Norte e Várzea Grande, totalizando a oferta de 1.193 vagas. Esse curso foi regulamentado pela Resolução Consepe nº 76, de 4 de julho de 2005.

O Nead funciona, desde sua criação, no Instituto de Educação (IE) da UFMT. A congregação do IE teve papel fundamental na criação do núcleo, a pedido da própria equipe que participava da consolidação do curso de formação de professores a distância. Todavia, apesar de a coordenação e do colegiado serem referendados

por portarias da Reitoria e da Pró-Reitoria, o núcleo não consta no cronograma da instituição. Na Resolução CD nº 16, de 30 de setembro de 2016, que dispõe sobre a estrutura administrativa e acadêmica e o quadro distributivo dos cargos de direção e funções gratificadas da UFMT, o Nead ainda não aparece.

Até 2005, o Nead/IE manteve a oferta de cursos em parceria com a Seduc e municípios. Em 2006, o Ministério da Educação (MEC) instituiu, pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho, o sistema UAB. A partir de então, os cursos EaD passaram a ser ofertados por esse sistema.

Com o sistema UAB, a UFMT ampliou as ofertas de vagas e novos cursos, como Administração em 2006, Ciências Naturais e Matemática em 2007 e 2010, além de novas ofertas para Pedagogia em 2007, 2009 e 2012. Acrescenta-se o curso de Letras – habilitação em Inglês e Letras – habilitação em Espanhol em 2013, além dos cursos de Administração Pública, com a primeira oferta em 2009 e a segunda em 2013, totalizando uma oferta de 3.075 vagas.

Além dos cursos de graduação oferecidos no período de 2006 a 2016, acrescentam-se cursos em nível de especialização em Informática na Educação, Direito Ambiental, Gestão Pública Municipal, Gestão Pública, Gestão em Saúde e Informática na Educação, perfazendo um total de 2.815 vagas. Com recursos do sistema UAB, ainda são ofertados cursos de aperfeiçoamento e extensão para os profissionais envolvidos na EaD.

Na gestão 2008-2012, foi criada a Secretaria de Tecnologia da Informação e da Comunicação (STI) para apoiar os processos educativos. A UAB ficou alocada nessa secretaria. Tal estrutura permaneceu até 2016, quando a EaD migrou da STI para a gestão de uma nova secretaria denominada Secretaria de Tecnologia Educacional (Setec).

3. Teoria Institucional e sua aplicabilidade na Educação a Distância

Conforme Kesar e Sam (2012) e Platt (2009), citado por Lima (2017), destacam-se três fases para que o processo de institucionalização aconteça efetivamente,

a saber: mobilização, implementação e institucionalização, as quais não obedecem necessariamente a uma ordem de ocorrência, podendo ser concomitantes ou dinâmicas.

Analisando historicamente a EaD na UFMT, vemos que a iniciativa dessa modalidade deu-se, conforme mencionado, pela necessidade de formação de educadores.

O desenvolvimento da EaD pública no estado teve início em 1992, com a criação do Núcleo de Educação a Distância – Nead, que tinha a finalidade de implantar curso de formação para educadores, diminuindo, assim, os índices referentes a docentes sem habilitação específica para o exercício da profissão de professor. O Instituto de Educação da UFMT alia-se à Secretaria da Educação e Cultura do Mato Grosso e constitui um grupo de trabalho interinstitucional com a nomeação de Programa Interinstitucional de Qualificação Docente em Mato Grosso. Configura-se, assim, uma parceria entre UFMT, UNEMAT, Governo do Estado de Mato Grosso, prefeituras municipais e Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Mato Grosso – Sintep. (MATOS; SILVA, 2016, p. 62).

As etapas do processo de mobilização – criar força-tarefa, estabelecer reuniões, angariar apoio externo, utilizar aliados institucionais e definir planos de ação – foram bem estabelecidas pela equipe inicial do programa, que, “[...] alicerçada nas recomendações indicadas pelo representante da Téliuq, secundadas pelos recursos provenientes da Unesco”, participa, no período de dezembro de 1992 a junho de 1993, de seminário, encontro e estudos sobre a EaD, o que impulsiona a concretização do projeto em solo mato-grossense (CARDOSO, 2006, p. 62).

Conforme dito, a partir do ano de 2005, os cursos na modalidade a distância passam a integrar o sistema UAB, enquanto sistema de oferta de EaD de marco legal para a todas as IES públicas. Vale ressaltar que, a partir da UAB, todas as

outras mobilizações iniciadas pelas universidades foram descartadas e a oferta da EaD na universidade pública só se dá, a partir de então, pelo sistema UAB.

Nesse momento, portanto, observa-se a cisão do processo de institucionalização da modalidade, pois, a partir da infiltração da UAB, perde-se a autonomia da construção e dinâmica de um programa de educação, já que vinha estabelecendo uma cultura organizacional de EaD, e passa-se a seguir os traços determinadores de um sistema imposto pelo governo.

A organização da EaD no contexto da UFMT se configurou, então, em forma de núcleo dentro das unidades acadêmicas e/ou departamentos de ensino, observando-se também uma submissão à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg).

Mesmo dentro dessa configuração de subalternidade à Proeg, constata-se que a maioria dos cursos é pensada no interior de seus institutos ou departamentos, conforme a organização da UFMT, e aprovada pelos conselhos de ensino, pesquisa e extensão. Isso traz uma certeza de que, antes de se pensar em como se dará o curso, se pensará sobre qual forma de linguagem ou quais recursos tecnológicos serão utilizados acerca da compreensão de educação que se quer oferecer. Supõe-se então que os cursos, sendo assim discutidos nos núcleos ou institutos de ensino, não se afastam da visão e missão de educação dos órgãos em que estão inseridos.

Segundo a manifestação de um dos Coordenadores entrevistados,

[a] UFMT tem a Secretaria de Tecnologia e Informação da Educação. Dentro dela se tem a coordenação da EaD, e a UAB está pendurada nesta como parceria, trabalhamos juntos. Ambos estão vinculados à reitoria. Não temos dependência administrativa, mas há sim uma dependência financeira, pois a UAB/UFMT é o olho da Capes no sentido de financiar os cursos; é uma gerência financeira desses cursos. Obviamente esses cursos estão ligados aos seus institutos e faculdades; há vários Nead em cada um dos institutos que oferecem cursos. O curso de Pedagogia no Nead do Instituto de Educação, o curso de Administração Pública no

Nead de sua faculdade [...] onde há curso, os institutos e departamentos elaboram tudo em seus cursos. A UAB não tem curso. Quem tem curso é a UFMT, nos seus respectivos institutos e departamentos. A Capes e a UAB, nós fazemos o chamamento e a divulgação dos cursos. Os institutos criam as estruturas dos cursos, escrevem seus PPC e os encaminham para a Proeg, a pró-reitoria de ensino de graduação. A Proeg analisa esses PPCs, encaminha-os para a UAB/EaD, em que só observamos se estão adequados no sentido do modelo EaD, mas o corpo dos PPC é igual a qualquer outros cursos presenciais da UFMT, passando também pela aprovação do Consepe.³ (Coordenador A).

Na verbalização de outro entrevistado, observa-se que a organização geral no início da

EaD na UFMT estava restrita a uma coordenação na Secretaria de Tecnologia da Informação – STI a Coordenação de Educação Mediada por TIC/CEMTIC. Os cursos estão alocados em cada uma das faculdades/institutos/departamentos. Contudo, a partir de outubro de 2016, foi criada a Setec, que irá capitanear as atividades de EaD. (Coordenador B).

Segundo Wiseman (2007), citado por Lima (2016), a institucionalização é o processo que assegura a ocorrência de ações rotineiras, desde que englobem toda a instituição, e não apenas indivíduos ou pequenos grupos.

³ O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é o órgão normativo, deliberativo, consultivo e última instância para recursos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, nos termos da legislação vigente. A ele compete exercer a gestão da universidade, em matéria relacionada ao ensino, à pesquisa e à extensão, supervisionando e fiscalizando as atividades didático-científicas realizadas pela UFMT, funcionando na forma colegiada, nos termos da legislação federal, disposições estatutárias e por seu regimento. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Sinop/876/812>. Acesso em: 02 jan. 2016.

O que se observa no modelo de organização da EaD na UFMT são pequenos núcleos dentro de poucos departamentos ou institutos de ensino que se dispõem a ofertar a modalidade, como é o caso do Instituto de Educação, da Faculdade de Letras e do Departamento de Administração, que passaram a oferecer cursos a partir de 2017 orientados pela Setec e pela coordenação da UAB.

Verificam-se outras verbalizações, presentes nas entrevistas, que comprovam a não rotina da modalidade e a descontinuidade do sistema, ou seja, a ausência de institucionalização de fato:

[...] deveria ter a mesma de forma contínua, como acontece com os cursos presenciais. Da maneira que está posta, a mesma funciona como se fosse um projeto, que apenas é executado pela UFMT, assim como poderia ser feito por qualquer outra IES ou órgão educativo. (Coordenador D).

[...] acredito que o principal impacto negativo é a questão financeira, que gera a instabilidade e incerteza da continuidade e pode colocar em risco tudo o que fora construído até aqui. Pois você conseguiu montar uma estrutura como uma engrenagem, funcionando redondo, [mas] como você não tem a continuidade, você desmonta essa estrutura. Não temos garantias que no futuro possamos montá-la novamente. (Coordenador E).

É notável como esse fato vem trazendo insegurança às equipes e núcleos de ensino, pois a oferta de novos cursos depende da aprovação dos editais do MEC.

Já os modelos institucionais de oferta de curso são apresentados nos conceitos propostos por Belloni (1999), que expõe modelos de instituições especializadas (*single-mode*), integradas ou mistas (*dual-mode*) e associadas ou consorciadas. Tratando-se desses modelos, a autora considera que

[...] especializadas dedicam-se exclusivamente ao ensino a distância [...] integrados inclui uma grande variedade de experiências de EaD desenvolvidas em instituições convencionais, pública ou privadas-principalmente de ensino superior, mas não exclusivamente [...] instituições educacionais que atuam na área do ensino a distância no sentido de cooperação institucional e intercâmbio científico. (BELLONI, 2009, p. 92).

Dessa maneira, observa-se que a UFMT, após o ano de 2005, vem oferecendo cursos de EaD dentro da política pública do sistema UAB, podendo ser classificada, segundo o modelo de Belloni, como instituição integrada, visto que já tinha trajetória consolidada em cursos presenciais. A UFMT convive, assim, com experiências nas duas modalidades de ensino, presencial e a distância, obtendo vantagens quanto à flexibilidade de suas estratégias nas modalidades de cursos que oferece: a distância, semipresenciais ou presenciais.

Nos relatórios de gestão de 2008 a 2016, o sistema UAB (UFMT, 2013), no que tange à oferta de cursos a distância, é posicionado como um projeto e programa de acesso e expansão da educação superior, pois se relata que uma

[...] ação pioneira da UFMT foi participar ativamente na construção e implementação, desde 2006, junto à extinta Secretaria de Educação a Distância – Seed do Ministério da Educação, do Programa do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Entre 2008-2016, os cinco cursos de graduação ofertados pela UAB/UFMT atenderam 2.722 estudantes, em sua maioria professores de escolas públicas. (UFMT, 2013).

Nas políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico-Institucional (PPI) (UFMT, 2013), vê-se que a universidade projeta a

busca de maior qualidade e de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulada com as necessidades regionais e, entre seus objetivos, indica que pretende promover inovação das práticas pedagógicas mediante a EaD e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Os trâmites para regulamentação e avaliação dos cursos EaD na UFMT seguem os mesmos ritos dos cursos da graduação presencial, conforme argumenta o entrevistado da Pró-Reitoria de Graduação:

Na Proeg, todos os cursos da EaD eram igualmente tratados como qualquer curso de graduação presencial. Tinha que seguir o rito. Lógico, respeitando as especificidades do curso a distância, mais tinha que ter o rito do fluxo de processos para ser aprovado. Tinha que passar pelo Consepe, pela análise da Pró-Reitoria de graduação e toda a legislação. Então essa parte de gerenciar sua logística é que era a função da graduação. A Proeg gerencia a construção do projeto pedagógico, e este tem que retornar para atender uma legislação, além de acompanhar a avaliação institucional. Também, assim como ocorre com o acompanhamento de avaliação com qualquer outro curso. As unidades têm a gerência do curso, mas articuladas com a Pró-Reitoria de graduação. (PR).

No que tange à regulamentação do trabalho docente na EaD da UFMT, a Resolução Consepe nº 158, de 29 de novembro de 2010, dispõe sobre normas para distribuição de encargos didáticos, segundo o regime de trabalho dos docentes. O representante da Proeg considera que essa resolução é mais um avanço na institucionalização da EaD na instituição.

[...] Então, a questão de docentes trabalharem na EaD também é algo que é institucionalizado, porque na própria resolução fala, se o professor tiver bolsa, ele não coloca no plano de encargos, ou ele

pode colocar, mas não conta horas para ele. Ele pode ter para progressão funcional. Mas se o professor não tem bolsa, ele pode trabalhar contando como encargos. Então o nosso processo funciona, então isso é uma institucionalização. (PR).

No art. 2º do Capítulo II das normas aprovadas pela Resolução nº 158/2010, são assim definidas as atividades de ensino:

Artigo 2º - São consideradas atividades de ensino, desde que não apresentem remuneração (extraordinária) aos docentes, exceto bolsa:
I – ministrar aulas em curso de graduação e de pós-graduação *stricto sensu e lato sensu*, presenciais ou a distância, expressas em horas-aulas.

II – preparar as atividades mencionadas no item I, bem como acompanhar e avaliar as atividades discentes.

III – planejar, organizar, executar e avaliar as atividades de ensino.

IV – orientar e supervisionar trabalhos de curso e estágios curriculares em curso de graduação e de pós-graduação, conforme projeto pedagógico do curso de graduação ou do programa de pós-graduação devidamente regulamentados pelo Consepe.

V – orientar alunos de graduação e de pós-graduação em outros programas acadêmicos devidamente regulamentados pelo Consepe ou pelas Pró-Reitorias.

VI – capacitar, orientar e acompanhar tutores/orientadores acadêmicos de ensino a distância. (UFMT, 2010).

Quanto à regulação, a Resolução nº 158/2010 é mais um documento que constata a prática da UFMT em não tratar os cursos da EaD como um segmento diferenciado na instituição. Essa modalidade de ensino requer tratamento e considerações

especiais em alguns aspectos, mas, quanto à regulação, busca aproximar-se dos procedimentos comuns a todos os cursos, pela compreensão de que, sendo o curso presencial ou a distância, tudo é educação. Nesse sentido, o representante da Proeg expõe a seguinte compreensão: “igualmente o que acontece no ensino presencial, e eu, toda hora falando essa história, para mim é a mesma coisa. Porque para mim o que difere é a metodologia de ensino que é posto ali. O restante é educação”.

A implementação é definida, segundo Platt (2009), citado por Lima (2016), como o processo de colocar em prática uma ideia, um programa ou um conjunto de atividades e estruturas. Nesse sentido, para um dos coordenadores,

[...] [o]s cursos são organizados, implementados e executados seguindo todo trâmite e fluxo instituídos a partir da elaboração do PPC. As aprovações necessárias das instâncias colegiadas, os processos de cadastro, a regulação e a avaliação seguem os trâmites e fluxos da Secretaria de Regulação do Ministério da Educação. Seguimos modelos que intercalam atividades mediadas e atividades presenciais atendendo o que dispõe a legislação. (Coordenador A).

Na verbalização desse coordenador, é possível compreender que a implementação segue os padrões estabelecidos para a oferta de curso. Isso se confirma em que a EaD está seguindo os passos de implementação segundo o viés teórico de Platt (2012). Já no que se refere à estrutura do programa, vemos unanimidade nas falas dos coordenadores:

[...] os sonhos da UFMT estão dentro dos parâmetros de limites de recursos. Por exemplo, agora em 2014 e 2015, tínhamos um sonho de oferecer alguns cursos novos, e não estamos conseguindo oferecer por conta de contenção de dinheiro federal que complicou a oferta. (Coordenador E).

[...] por não ser de fato institucionalizada, a mesma fica como um bico nos setores e departamentos. Hoje eu estou, amanhã não sei. Diante disso, não posso me dedicar plenamente para isso. Tenho de buscar outras formas ou meios para estar participando da IES, pois, amanhã posso não ter o EaD, como vou ficar? Isso prejudica, pois muitos que no passado estavam engajados no EaD, pela não continuidade assumiram outros compromissos e, se agora necessitasse dele, não estaria mais disponível. A prova cabal de que não é institucionalizada é o próprio sistema de informações acadêmicas da UFMT. O presencial usa o Siga, a EaD utiliza um puxadinho, o Sigep, sem integração com o mesmo. Como é um puxadinho, você trabalha para que ele seja funcional, mas não promove os ajustes que poderiam facilitar a vida da coordenação e do acadêmico. Por exemplo, você processa todo o registro e acompanhamento de aula e das atividades do aluno no ambiente virtual de aprendizagem – AVA. Depois você imprime o registro de notas do AVA, lança manualmente no Siged, é o fim da picada. (Coordenador C).

De acordo com Platt (2009), citado por Lima (2016), para a institucionalização da EaD nas IES, essa modalidade deve estruturar-se em organização, procedimentos e atitudes que se tornaram rotina ou que estejam inseridas na programação global da organização ou órgão, continuando por mais de dois anos e operando de maneira viável – o que não conseguimos identificar nas falas das entrevistas, quando o coordenador C diz haver diferença até nos registros acadêmicos.

Todavia, o Coordenador acredita estar institucionalizada a EaD na UFMT no que tange à legalização:

Em termos de regulamentação, já avançou bastante, e atualmente as regras para os cursos e encargos dos professores estão mais

definidas, o que é muito bom. Apesar dessa importante regulamentação da legislação, falta um bom caminho para a institucionalização de fato, cultural e de chancela da modalidade como um caminho de formação de professores com qualidade perante a comunidade acadêmica, especialmente entre muitos docentes. (Coordenador B).

De acordo com os dados das entrevistas, pode-se perceber uma manifesta dificuldade em relação aos recursos financeiros. Segundo as verbalizações dos participantes, o sistema UAB estava com seus editais interrompidos, e os cortes financeiros do governo dificultaram o andamento dos cursos já existentes nos polos de apoio presenciais e a abertura de novos cursos.

Sendo assim, pode-se evidenciar que os cortes governamentais, ocorridos no ano de 2015, têm influenciado na oferta e gestão administrativa e pedagógica dos cursos em EaD na IES.

4. Considerações finais

O presente estudo é parte do resultado de uma pesquisa que teve a finalidade de compreender como foi concebida e instituída a política de EaD em uma das Ifes do estado de Mato Grosso, a UFMT.

O exposto nesta pesquisa demonstra que as políticas públicas educacionais favoreceram o expansionismo da EaD no estado de Mato Grosso desde a década de 1990, na vertente de formação continuada. Por sua vez, o primeiro curso universitário a distância no país é desenvolvido pelo Projeto de Licenciatura Plena em Educação Básica – 1ª à 4ª série do 1º grau da UFMT, sendo o estado pioneiro na oferta de EaD na educação superior brasileira, em 1995.

A partir do ano de 2006, com o sistema UAB, a visão da democratização do acesso é compreendida por esse sistema como a ampliação da oferta e interiorização do ensino superior. A UAB assume, portanto, a centralidade das políticas de

formação de professores da educação básica e de funcionários públicos administrativos, revelando um programa focalizado e elaborado em caráter emergencial para atender e solucionar problemas localizados.

De modo geral, a pesquisa mostra que o sistema UAB vem se firmando como política pública da educação superior nesse estado, o que tem sido referendado por iniciativas governamentais que buscam o seu crescimento e institucionalização, bem como pela adesão de municípios às chamadas dos editais públicos. No entanto, o processo de afirmação depende diretamente do financiamento público, correndo o risco de se constituir em registro histórico de uma fase promissora, mas sem continuidade. É necessário, segundo o clamor dos coordenadores entrevistados, um financiamento permanente que propicie a institucionalização da EaD na Ifes.

Como a UAB tem desenvolvido cursos pela UFMT na modalidade da EaD com prazos determinados, verbas por editais e profissionais contratados por bolsas e temporários, tem-se o entendimento, por parte dos coordenadores, de que não há a institucionalização dessa modalidade na cultura e organização da IES.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

CARDOSO, Judith Guimarães. *Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso: pactos e impactos*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

KESAR, Adrianna; SAM, Cecile. Strategies for implementing and institutionalizing new policies and practices: understanding the change process. In: KESAR, Adrianna (ed.). *Embracing non-tenure track faculty: changing campuses for the new faculty majority*. New York: Routledge, 2012. p. 28-53.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. *Institucionalização da Educação a Distância: da lente teórica à sua proposição*. Palestra proferida no I Seminário de Educação a distância. Goiânia: UFG, 2017. Não publicado.

MATOS, Heloneide Alcantara Matos; SILVA, Maria das Graças Martins da. Políticas públicas de favorecimento expansionista da educação superior a distância no Mato Grosso. In: MACIEL, C. *et al.* (org.). *Educação a Distância: experiências, vivências e realidades*. Cuiabá: Editora UFMT, 2016.

NEDER, Maria Lúcia Cavalli. A orientação acadêmica na Educação a Distância: a perspectiva de (re)significação do processo educacional. In: PRETI, O. (org.). *Educação a Distância: construindo significados*. Brasília, DF: Plano, 2000. p. 105-124.

PLATT, P. A. *Promoting Change Through a School-Based Model of Comprehensive Student and Family Support: Kentucky's Family Resource and Youth Services Centers*. In: NATIONAL SYMPOSIUM ON DOCTORAL RESEARCH IN SOCIAL WORK, 21., 2009, Columbus (Ohio). *Abstracts* [...]. Columbus: Ohio State University, 2009. Disponível em: https://kb.osu.edu/dspace/bitstream/handle/1811/36782/21_1platt_paper.pdf?sequence=7. Acesso em: 10 nov. 2012.

PRETI, Oreste. *Educação a Distância: fundamentos e políticas*. Cuiabá: Editora UFMT, 2009.

UFMT (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2018*. Cuiabá: UFMT, 2013. Disponível em: <https://setec.ufmt.br/uploads/pdi-setec.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

UFMT (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO). *Resolução Consepe nº 158, de 29 de novembro de 2010*. Dispõe sobre normas para distribuição de encargos didáticos, segundo o regime de trabalho dos docentes. Cuiabá: UFMT, 2010. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx>. Acesso em: 20 maio 2017.

WISEMAN, E. *The institutionalization of organizational learning: a neoinstitutional perspective*. In: ORGANIZATION LEARNING, KNOWLEDGE AND CAPABILITIES CONFERENCE, 14-17 jun. 2007, London, Ontario, Canadá. *Proceedings* [...]. London, Ontario: The University of Western Ontario, 2007. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/soc/wbs/conf/olkc/archive/olkc2/papers/wiseman.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

De modo geral, podemos dizer que o levantamento da trajetória institucional da Educação a Distância (EaD) no país é recente e, talvez por isso, apresente uma série de elementos considerados de relevância e cuidado para as próximas políticas públicas e ações na área. Esses elementos dizem respeito, principalmente, às características da sua expansão; às variadas formas sob as quais as modalidades presencial e a distância são vistas pelos diversos órgãos e regulamentações; aos mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações das Instituições de Educação Superior que ofertam essa modalidade; e, nosso objeto de estudo, ao processo de institucionalização da EaD na educação superior, tanto na esfera pública quanto privada. Além da necessidade de estudos acerca da institucionalização da EaD, o próprio crescimento da modalidade no ensino superior público demonstra a importância de pesquisar como vem ocorrendo a implementação de políticas referentes à modalidade. Assim, o tema da institucionalização da educação a distância é abordado neste livro, tendo em vista a relevância da compreensão desse processo, para que se possa auxiliar no debate da capacidade do Estado de formular políticas públicas em EaD e problematizar como essa modalidade tem sido implementada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior da região Centro-Oeste, por meio de sua institucionalização ou não.



EDITORA



UnB